

OS VÍNCULOS ENTRE AS ANTROPOLOGIAS GALEGA E PORTUGUESA: PERSPETIVAS PARA A COLABORAÇÃO NO SÉCULO XXI

LINKS BETWEEN GALICIAN AND PORTUGUESE ANTHROPOLOGIES:
PROSPECTS FOR COLLABORATION IN THE 21ST CENTURY

Xerardo Pereiro
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Resumo: Este texto apresenta uma reflexão sobre a colaboração entre as antropologias portuguesa e galega. O texto inicia com uma breve revisão histórica da institucionalização da antropologia portuguesa, para logo analisar alguns traços da antropologia no Norte de Portugal hoje. Finalmente, com base na experiência pessoal de trabalho transnacional entre o Norte de Portugal e a Galiza, apresenta-se uma proposta de colaboração para posteriores debates que integra três âmbitos: o ensino, a investigação e o campo cívico.

Abstract: This text presents a reflection on the collaboration between Portuguese and Galician anthropologies. The text begins with a brief historical review of the institutionalization of Portuguese anthropology, and then analyzes some features of anthropology in today's northern Portugal. Finally, based on personal experience of transnational work between the north of Portugal and Galicia, a collaborative proposal that integrates three areas (teaching, research and the civic field) is presented.

Palabras chave: antropologia, Portugaliza, cooperação eurorregional.

Key words: Anthropology, Portugaliza, Euro Regional Cooperation.

INTRODUÇÃO¹

A diferença entre antropólogos e outros profissionais da ciência está menos no seu objeto de estudo e método do que no seu lugar no processo económico de produção. Neste texto realizamos uma reflexão sobre a institucionalização da antropologia em Portugal e na Galiza. A reflexão parte da minha própria experiência biográfica, articulada com uma análise documental e uma já longa carreira de investigação sobre a antropologia galega e portuguesa desde um olhar da Galiza do Sul (Norte de Portugal). A ótica de análise integrará as vertentes de docência, investigação e intervenção ou aplicação social. Pretendo ilustrar como diferentes processos institucionais conduzem ao desenvolvimento de diferentes antropologias, a uma maior ou menor centralidade da sua oferta académica e a diferentes papéis sociais públicos (Pereiro 2001, 2014). Considero a antropologia portuguesa e a antropologia galega como parte de uma “quinta tradição”, isto é, uma história disciplinar abertamente cosmopolita, não regionalista nem localista, que se posiciona fora das grandes quatro tradições imperiais da antropologia dos séculos XIX e XX – a alemã, francesa, britânica e americana (Viegas/Pina-Cabral 2014) –, apesar de influenciar e se influenciar por estas.

BREVE HISTÓRIA DA ANTROPOLOGIA PORTUGUESA

A genealogia da antropologia portuguesa não é fácil e é assumidamente polissémica, oscilando entre uma antropologia localista, uma antropologia nacionalista e outras internacionalistas, universalistas, transnacionais, mundiais e pós-nacionais (Bastos/Sobral 2018). A sua divisão cronológica tem sido estabelecida por autores como João de Pina-Cabral (1991), para quem esta se pode dividir nas seguintes fases:

- 1^a A cultura burguesa e o interesse pelos “costumes populares”
- 2^a Os românticos
- 3^a A *Belle Époque* (1871-1920)
- 4^a O pós-guerra
- 5^a O pós 25 de Abril

1 Muito agradeço a Edgar Bernardo (UTAD) a revisão atenta a uma versão preliminar deste texto. Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia –, I.P., no âmbito do projeto UID/SOC/04011/2019. “Este trabalho enquadra-se no projeto de I&D “Património cultural da Euro-região Galiza-Norte de Portugal: Valorização e Inovação. GEOARPAD”, Programa operativo EP-INTERREG V A Espanha Portugal (POCTEP). Convocatória 1, Identificador 769-GEOARPAD (0358_GEOARPAD_1_E), financiado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) através do Programa de Cooperação INTERREG V-A Espanha-Portugal 2014-2020 (POCTEP)”.

No geral, na primeira metade do século XIX, a cultura popular, considerada autêntica e nacional, era o objeto de estudo preferencial da antropologia. A cultura burguesa era vista como inautêntica e existia uma relação de amor-ódio entre a burguesia (investigadores) e o povo (estudados). O quadro conceitual da altura associava as seguintes categorias: o autêntico, o popular, o de longa existência, o primitivo, os costumes populares e o típico. O estudo da cultura popular foi uma forma de perpetuar o poder dominante (burguesia) e de reproduzir socialmente as suas estruturas de dominação. A antropologia portuguesa desta altura seguiu a onda do movimento romântico de inspiração nacionalista, que continuou durante a segunda metade do século XIX e que teve como autores mais representativos a Alexandre Herculano e a Almeida Garrett, grandes compiladores de literatura oral tradicional.

Nos finais do século XIX assistimos a uma intensa criatividade científica, para a qual também contribuiu a criação da Sociedade de Geografia de Lisboa, em 1875. A antropologia deste período foi protagonizada por uma geração que acompanhou a gestação da República já no século XX: Oliveira Martins, Adolfo Coelho, Teófilo Braga, Rocha Peixoto, Leite de Vasconcelos, Consiglieri Pedroso, etc. (Pina-Cabral 1991: 26-27; Leal 2006: 63-81). Todos eles entendiam o estudo da cultura popular como sobrevivência de crenças e tradições antigas. Os antropólogos, pertencentes à burguesia, procuravam na história e na cultura dita popular a grandeza perdida da nação.

Já em 1910 Portugal passa da monarquia à república e, do ponto de vista da institucionalização da antropologia, destaca-se a criação em Lisboa da Escola de Estudos Coloniais. O paradigma teórico que orientou esta antropologia era o primitivista, com influência da Biologia evolucionista de Darwin e também do difusionismo. O projeto etnológico da altura era, por um lado, de construção da nação, associado a um projeto antropológico mais ambicioso de construção do império, diferenciando-se assim de outras tradições antropológicas. Do ponto de vista do objeto, o interesse social e político desta antropologia era demonstrar a origem lusitana ou celta da nação portuguesa através da literatura oral (ex. contos e lendas), estudando o que as pessoas narravam, recolhendo dados nas férias e nas viagens dos investigadores, centrando os seus estudos na aldeia, no rural, no comunitário e no pensado como “primitivo” ou sobrevivência de um passado remoto sempre ameaçado pela modernidade. Os informadores costumavam ser os mais velhos e não existia uma preocupação pela estrutura social, era sobretudo uma antropologia cultural e culturalista, que interpretava o passado como igualitário.

De 1926 a 1933 Portugal viveu sob uma ditadura militar e a partir de 1933, e com o Estado-Novo, o regime ditatorial instituiu o estudo das colónias, com o objetivo de elaborar mapas etnológicos destas. Em 1934 teve lugar no Porto

o primeiro Congresso Nacional de Antropologia Colonial, que teve em Mendes Correia um dos seus protagonistas, utilizador de métodos antropométricos de campo e seguidor da antropobiologia. No Estado Novo foram enviadas missões para todas as colónias portuguesas, nomeadamente para África. Entre os impulsores destas missões destaca-se Joaquim do Santos Júnior (Pereira 1988), natural de Barcelos e com o seu espólio hoje na Biblioteca Municipal de Torre de Moncorvo (Trás-os-Montes). Foi dos primeiros docentes de antropologia na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e também presidente da SPAE (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia). Inicialmente esta antropologia colonial esteve ao serviço das tendências mais conservadoras das ideologias coloniais do regime salazarista, mas a partir de finais de 1950 produz-se uma nova antropologia colonial, protagonizada por Jorge Dias, que se distancia, cada vez mais, do grupo de Mendes Correia (Porto). Outros antropólogos que se distanciam dessa antropologia colonial são Manuel Viegas Guerreiro, Ernesto Veiga de Oliveira, Benjamim Pereira, Margot Dias e Fernando Galhano, que igualmente asseguravam o funcionamento do Centro de Estudos de Etnologia Peninsular (CEEP), criado em 1947. Nesse cenário, produziram-se etnografias de construção do império colonial e etnografias de construção da nação, etnografias ruralistas e etnografias indigenistas, definindo uma nação imperial transcontinental (Thomaz 2002: 165). Jorge Dias e o seu grupo mostraram a diversidade sociocultural de Portugal e também de Moçambique, numa primeira tentativa de sistematização das classificações etnológicas, especialmente de cultura material.

E já nos anos 1960 a institucionalização da antropologia portuguesa levou à criação de duas instituições importantes: a) o Centro de Estudos de Antropologia Cultural, em 1962; b) e o Museu de Etnologia de Ultramar, em 1965 (Godinho 2019) – que promoveria o primeiro curso universitário de antropologia do país, e que mostra as preocupações museológicas da antropologia portuguesa. Neste período o antropólogo Leite de Vasconcelos, que estudou a língua mirandesa (do tronco linguístico astur-leonês-mirandês), continuaria a sua grande obra intitulada *Etnologia portuguesa*, um mapa cultural e etnológico do país. Cabe destacar também como o Norte de Portugal foi alvo de investigações de terreno marcantes na antropologia portuguesa e também europeia. Rio de Onor foi o local dos famosos ensaios do Abade do Baçal (Alves 2000) e seria o segundo local de trabalho de campo de Jorge Dias (1981). Mais tarde, esta aldeia e lugares vizinhos foram revisitados por vários colegas como Brian Juan O'Neill (2007) e Joaquim Pais de Brito (1996), entre outros. Em 1971 aparece uma antropologia audiovisual com o, então inovador, documentário de António Campos sobre a barragem de Vilarinho das Furnas.

De acordo com João Leal (2000; 2006), a cultura popular, em Portugal, foi entendida como ruralidade e testemunho do passado. A imagem que os trabalhos sobre esse tema trespassavam era textual e historicista (ex. literatura oral, rituais rurais, tecnologia, folclore...), mas, posteriormente, essa imagem converte-se em tátil e objetual (ex. tecnologias tradicionais). Nela, o povo era o guardião de textos criados anonimamente, em remotos tempos étnicos. Este era um olhar decorativista que se coreografou, no Estado Novo, com António Ferro, para legitimar o próprio Estado. Naquela altura, a cultura popular era entendida como um substrato da nacionalidade (Leal 2000), e a ideologia da perda e da necessidade de salvaguarda da cultura tradicional face à mudança dominaram o panorama antropológico da altura, assim o exemplifica este excerto de um texto de Jorge Dias (1990):

Nós, portugueses, estamos não nas vésperas, mas em plena fase de perdermos toda essa riqueza do passado. Se não correremos rapidamente a salvar o que resta, seremos amargamente acusados pelos vindouros, pelo crime indesculpável de ter deixado perder o nosso património tradicional, dando mostras de absoluta incúria e ignorância. Se não o fizermos, daqui a duas gerações poderemos ser um povo descaracterizado e profundamente pobre.

Com a queda do Estado Novo e a chegada da democracia, a geração de antropólogos pós 25 de Abril abre novas linhas epistemológicas, teóricas e metodológicas na antropologia portuguesa. De uma antropologia de tinte nacionalista, imperialista, culturalista e ruralista passamos a uma antropologia mais social centrada nas pessoas, na estrutura social, nos grupos e nos processos sociais e culturais do que nos objetos e nas tradições pitorescas. Um autor e uma obra inauguram a antropologia sociocultural contemporânea em Portugal, José Cutileiro (1977). Formado em Oxford, introduz em Portugal os métodos modernos da antropologia social e uma abordagem sobre as desigualdades na estrutura social do Alentejo. Este situou-se, junto com outros como Joyce Riegelhaupt e Colette Callier-Boisvert, longe de uma interpretação romântica e idealizada da ruralidade. Outros autores consolidariam esse caminho de renovação: Brian O'Neill, João de Pina-Cabral, Joaquim Pais de Brito, Raúl Iturra, Jorge Crespo, Paula Godinho, Jill Dias, José Carlos Gomes da Silva, Robert Rowland, Adolfo Yañez Casal, Augusto Mesquitela Lima, João Leal, Jorge Freitas Branco e muitos outros que pertencem já à geração pós 25 de Abril, e que contribuíram decisivamente para a afirmação da antropologia no país e no mundo. Esta é já uma antropologia, uma antropologia social tematizante, com fortes influências internacionais e também influente nos debates internacionais da antropologia.

A partir da Revolução de 25 de abril de 1974, a institucionalização académica e científica da antropologia intensificam-se com cursos nas universidades (ex. na Universidade Nova de Lisboa em 1978 e no ISCTE em 1982), uma intensa produção editorial (ex. Coleção Portugal de Perto da Editora Dom Quixote) e a abertura do Museu Nacional de Antropologia em Lisboa (Godinho 2019); para além disso abrem-se vagas para antropólogos nos museus e iniciam os financiamentos da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) para a investigação científica. A antropologia expande-se enquanto ciência social pelo país fora. Novas perspetivas aparecem com força, como por exemplo o trabalho de Sally Cole (1994), com um estudo sobre o género na comunidade piscatória de Vila do Conde. Foi uma época de abandono da noção do “popular” pela antropologia, reconhecendo a inexistência de um universo simbólico autónomo. O que era definido como “cultura popular” converteu-se numa estratégia eficaz para legitimar uma região, cidade, vila, grupo profissional, estrato social, família, casa rural, etc. Assim, converte-se a denominada “cultura popular” em recurso estratégico do desenvolvimento local.

Nos anos 1980 Portugal entra na CEE (Comunidade Económica Europeia), atual União Europeia, e uma nova fornada de antropólogos se incorpora à profissionalização da disciplina (Miguel Vale de Almeida, José Manuel Sobral, Filomena Silvano, Ana Isabel Afonso, Susana Trovão Bastos, Graça Índias Cordeiro...). Em palavras da antropóloga Marina Pignatelli (2014):

Eram tempos de ressurgimento da antropologia, de busca de novos rumos alternativos e de uma consolidação equilibrada e isenta da disciplina. Questionando e desbravando o próprio país “como o banal da vida corrente”, ao mesmo tempo iniciava-se o tecer das teias da antropologia portuguesa com redes mais vastas, nomeadamente a europeia e a lusófona.

Uma data importante marcaria nesta altura o desenvolvimento da antropologia portuguesa: em 1989 é fundada a Associação Portuguesa de Antropologia (APA²). Desde então a antropologia portuguesa passa a ter uma organização corporativa que defende profissionalmente os seus interesses e que promove o intercâmbio científico entre os antropólogos portugueses, e não só.

Na década de 1990 a antropologia portuguesa experimenta uma forte internacionalização e um cosmopolitismo não hegemónico (Viegas/Pina-Cabral 2014; Godinho 2019). Já não é apenas uma antropologia ibérica como uma antropologia internacional pós-colonial, com novas abordagens em etnografias não europeias: Rosa Perez (Gujarati, Índia), Amélia Frazão Moreira e Clara Carvalho

2 <http://www.apantropologia.org/apa/>

(Guiné-Bissau), Maria Cardeira da Silva (Marrocos). A antropologia fundamentaria intelectualmente a nova identidade europeia, um exemplo do qual é a fundação da EASA (European Association of Social Anthropologists), na qual vários antropólogos portugueses, como Cristiana Bastos ou Miguel Vale de Almeida, tiveram um papel muito destacado. As preocupações epistemológicas, teóricas e metodológicas eram agora outras e diferentes dos antigos estudos de comunidade rural. A urbanização e a globalização de contextos serão marcantes e mais além dos discursos sobre cultura local, regional, nacional e imperial, a antropologia portuguesa recuperaria preocupações mais universalistas sobre a natureza da humanidade, entre o projeto científico de estudo da humanidade Boasiano (valores, significados, sentidos, narrativas) e o Durkheimniano (regras, normas, leis instituições), preocupações mais universalistas. Além de mais, assiste-se a uma especialização subdisciplinar da antropologia importante.

Após quase duas décadas de século XXI, a antropologia portuguesa vive alguma desilusão com o projeto europeu tal como estava sendo construído e também sofre a crise económica de 2008. Desde várias perspetivas críticas a antropologia portuguesa apresenta agora novas agendas de investigação e de ensino universitário, com baixa inserção e reconhecimento profissional. Não sem certo romantismo, estudar antropologia em Portugal continua a ser um plano vital contracorrente. Quanto aos terrenos do eixo identitário europeu assiste-se a uma certa viragem para o eixo identitário transatlântico e extra-europeu. Há um regresso às ex-colónias em tempos pós-coloniais agora com novas epistemologias. Os interesses temáticos são diversos, entre eles: culturas visuais, cultura material e consumo, turismo e património, cultura visual digital, direitos humanos e movimentos sociais ou migrações. Os interesses territoriais desta contribuem para os estudos islâmicos, estudos africanos, estudos indianos e estudos brasileiros.

Quanto à sua institucionalização, em 2008 foi fundado o CRIA (Centro em Rede de Investigação em Antropologia), avaliado internacionalmente pela FCT com a classificação de “muito bom”. Nas universidades portuguesas trabalham à volta de 100 antropólogos, um número crescente deles trabalha em museus de antropologia, em publicações (revista *Etnográfica*, *Antropológicas*, SPAE, *Antropologia portuguesa*, *Análise social...*). A condição de Portugal como periferia geográfica de Europa não faz com que a antropologia portuguesa seja periférica no quadro global, pelo contrário, ela é central em muitos âmbitos, representa uma “quinta tradição” como afirmámos no início. Influencia e dialoga com outras antropologias como a espanhola, a britânica, a brasileira ou a estado-unidense, entre outras.

A ANTROPOLOGIA NO NORTE DE PORTUGAL HOJE

Com base no quadro apresentado anteriormente, nesta seção do nosso texto pretendemos mostrar alguns dos traços atuais da antropologia no Norte de Portugal. Entendemos por esta o conjunto de antropologias feitas com base em trabalho de campo antropológico no Norte de Portugal, por antropólogos de qualquer nacionalidade. O Norte de Portugal foi um contexto muito frequente nos trabalhos dos grandes antropólogos portugueses (ex. Leite de Vasconcelos, Jorge Dias, Brian O'Neill, João de Pina-Cabral...) e de antropólogos estrangeiros (ex. Sally Cole, Fabienne Wateau, William Kavanagh, Shawn Parkhurst...).

Na atualidade a antropologia feita no Norte de Portugal está representada nos campos do ensino e da investigação universitária na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) – o 3º departamento com mais antropólogos do país – na Universidade do Minho (UMINHO), na Universidade Fernando Pessoa (UFP) e em menor medida na Universidade do Porto (UP), na Universidade Católica Portuguesa (UCP), no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), etc. Mas é um ensino de antropologia para não antropólogos, isto é, não existe neste momento uma formação académica universitária superior para formar antropólogos no Norte de Portugal. Já existiu uma licenciatura em antropologia na Universidade Fernando Pessoa, no Porto, e na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, no seu antigo campus de Miranda do Douro, onde se formaram mais de 120 estudantes em antropologia aplicada ao desenvolvimento. Também existiu um mestrado conjunto entre o ISCTE e a UTAD em Vila Real, mas está em processo de extinção.

Por outro lado a institucionalização histórica da antropologia no Norte de Portugal teve uma longa história, que continua na existência da SPAE (Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia³) e a sua revista *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*⁴, a mais antiga da antropologia portuguesa, iniciada em 1919. Também nos museus de antropologia, ou onde domina a representação antropológica, como os casos de Miranda do Douro, Bragança e Viana do Castelo. Para além disso há alguns antropólogos a trabalhar em agências de desenvolvimento (José Portugal na Quaternaire, ou Sandra Furtado Lopes na CORANE, Associação de Desenvolvimento dos Concelhos da Raia Nordestina).

Ao nível da investigação, muitos antropólogos trabalharam no Norte de Portugal, mas exercem a sua profissão fora da região. O Norte de Portugal foi objeto, terreno e problema de investigação da antropologia portuguesa. A região foi fonte de inspiração para a antropologia portuguesa e os trabalhos do Abade de Baçal,

3 <https://sociedadeportuguesaantropologia.blogspot.com/>

4 <https://revistataeonline.weebly.com/>

Firmino Martins, Santos Júnior, Leite de Vasconcelos, Padre Fontes, António Mourinho, Jorge Dias, Benjamim Pereira, Brian O'Neill, João de Pina Cabral, Joaquim Pais de Brito, Paulo Raposo, Lurdes Piquito, Filipe Reis, Humberto Martins, Henrique Gomes de Araújo, Daniel Seabra, Luís Vale, Pedro Pereira, Paulo Castro Seixas, Paula Mota Santos, Álvaro Campelo, Jean Yves-Durand, Manuela Ivone Cunha, Luís Cunha, José Portela, etc.

Todos eles receberam influências intelectuais anglo-saxónicas, francesas, espanholas e brasileiras. Podemos também afirmar que a antropologia na região mudou de uma etnografia ruralista a uma etnografia urbana e cosmopolita, de uma etnografia da aldeia a uma etnografia do mundo e dos seus problemas em contextos globais. A diversidade de temas e enfoques desenvolvidos nas investigações antropológicas no Norte de Portugal são sumariadas na listagem abaixo, a modo de ilustração e não de recolha sistemática. Na listagem incluímos antropólogos de uma geração mais jovem e de outras emergentes e consolidadas no exercício da sua profissão:

- A fronteira com Espanha: Luís Cunha, Paula Godinho, Ana Isabel Afonso, Xerardo Pereiro, Humberto Martins, Octávio Sacramento, Luís Silva, António Medeiros, William Kavanagh (DEP),...
- Antropologia do urbanismo: Paulo Castro Seixas, Paula Mota Santos...
- Novas ruralidades: Luís Vale, Shawn Parkhurst (Universidade de Louville).
- Antropologia do desporto: Daniel Seabra.
- Antropologia patrimonial: António Fontes, Álvaro Campelo, Jean Yves-Durand, Xerardo Pereiro, José Afonso...
- Antropologia do turismo: Xerardo Pereiro, Paula Mota Santos, Edgar Bernardo, Pedro Azevedo, Octávio Sacramento...
- Antropologia do género: Luzia Oca, Vera Mendonça, Octávio Sacramento, Manuela Ivone Cunha...
- Antropologia da religião: Pedro Pereira, Mariana Pignatelli, Luís Vale...
- Antropologia ambiental: Humberto Martins, Pedro Silva, Paulo Mendes, Lurdes Piquito...
- Antropologia aplicada: Xerardo Pereiro, Paulo Mendes, Luzia Oca, Pedro Silva...
- Antropologia médica: Berta Nunes.
- Antropologia do desenvolvimento: Paulo Castro Seixas, Sandra Alves, Joana Rodrigues, Humberto Martins, Pedro Silva...
- Antropologia audiovisual: Gonçalo Mota, Humberto Martins, Catarina Alves Costa, João Sardinha...
- Antropologia e literatura tradicional: Alexandre Parafita...
- Antropologia da alimentação: Ricardo Almeida, Xerardo Pereiro...

Em jeito de sumário, a antropologia no Norte de Portugal é uma antropologia diversa e dispersa, segmentada e minifundista, com uma institucionalização académica e organizacional fraca, sem oferta própria no ensino superior universitário. Os antropólogos do Norte de Portugal ensinam antropologia para não antropólogos, isto é, “antropologizam” outros profissionais da educação, do turismo, da arquitetura, da psicologia, do serviço social, da animação sociocultural, etc. Ao nível de investigação é uma antropologia importante, mas desagregada e pouco coordenada, ainda que com um impacto social nas políticas culturais, sociais e de desenvolvimento local de muitas comunidades.

Ao nível institucional, não existe neste momento uma colaboração formal entre a AGANTRO e a SPAE, as maiores associações de antropologia e as mais representativas da eurorregião. Existe apenas uma colaboração interinstitucional formal e intensa entre a AGANTRO e a APA, tendo esta última um papel decisivo na recente revitalização e dinamismo da AGANTRO. Sublinhar também que muita da antropologia produzida na eurorregião é feita fora das universidades, que por outro lado estão de costas voltadas e pouco viradas para uma cultura cooperativa real e eficaz. Há pouco interconhecimento e reconhecimento entre antropólogos na eurorregião, com exceções como o encontro organizado no Pólo da UTAD em Chaves a 8/XI/2007, o conhecimento entre antropólogos, da sua existência e trabalho é baixo, de aí também a sua desorganização como coletivo profissional.

UMA PROPOSTA DE COLABORAÇÃO ENTRE A ANTROPOLOGIA PORTUGUESA E GALEGA

Apesar de neste texto não termos falado da antropologia galega (Pereiro 2001, 2018, 2019), invocamos essas referências para sugerir uma proposta de colaboração entre as antropologias portuguesas e galegas, reaproximando-as como já ocorreu no passado, isto é, interligadas do ponto de vista intelectual e pessoal (ex. Vicente Risco e Santos Júnior). Não obstante, os entraves que temos para essa colaboração são os da diferente institucionalização de uma e outra, conformando identidades antropológicas diferenciais complexas. O diagnóstico pessoal apontado acima mostra a inexistência de um ensino universitário próprio em toda a eurorregião Norte de Portugal - Galiza, o que dificulta a presença pública e o liderado desta ciência social. Muitos antropólogos galegos foram “expulsos” simbolicamente da Galiza, “exiliados” intelectualmente ou migrados noutros países (México, Brasil, Portugal, etc.) que desfrutaram do seu bom saber-fazer. Outro traço importante é a competência que os antropólogos encontram em folcloristas e outros cientistas sociais (sociólogos, politólogos, geógrafos, historiadores, economistas...), forçando os antropólogos a lutar pelo seu reconhecimento nos mesmos

espaços profissionais e num contexto de precariedade, especialmente para os mais jovens.

Em seguida, apresentamos um esboço de proposta de colaboração que destaca três âmbitos: o ensino, a investigação e o campo cívico. Começando pelo ensino, a universidade é o maior bem público da sociedade e os antropólogos universitários da eurorregião portuguesa pelo que deveriam lutar pela criação de uma licenciatura em antropologia interuniversitária e/ou um mestrado integral, sem descurar o nível do doutoramento. Consideramos que não há antropologia sem antropólogos e que a reprodução do saber antropológico é essencial para a existência da antropologia enquanto saber científico e humanístico. Esta perspetiva corporativista fundamenta-se na necessidade de educar e formar profissionais para trabalhar em sociedades cada vez mais pluriculturais que devem aprender, compreender e lidar com as diferenças socioculturais. Além de mais, o ensino da antropologia não deve reduzir-se ao nível universitário, assim, devemos potenciar a participação de antropólogos no ensino secundário, um bom exemplo do qual é o trabalho e experiência de Eva Garea (2009). Neste sentido a antropologia é um instrumento educativo, político e descolonizador, que promove o anti-etnocentrismo o anti-racismo e o combate às exclusões sociais e todos os tipos de discriminação, seja de género, classe, idade, etc.

O segundo campo de colaboração é o da investigação. A antropologia é muito importante nas análises do fator humano, isto é, do fator social e cultural dos problemas humanos. Para isso precisamos de uma boa e profunda investigação antropológica. O antropólogo, enquanto especialista em cultura, algo mais do que um conjunto de letras, é o cientista social mais capaz de interpretar as diversidades, as diferenças e as desigualdades, e também as interculturalidades e mestiçagens, o respeito pela dignidade humana e a compreensão intercultural. Neste sentido o mundo precisa de ser interpretado e explicado na sua complexidade e a cooperação transnacional em investigação enriquece a todos. Assim, oportunidades de cooperação não faltam, como os programas Interreg (hoje POCTEP), Erasmus, Iacobus, H20200, etc. Um bom exemplo é prémio Vicente Risco de Ciências Sociais (eurorregional hoje), que protagonizado pela Fundação Vicente Risco, integra na sua organização os concelhos de Castro Caldelas, Alhariz e a UTAD (Portugal), aceitando trabalhos sobre o contexto eurorregional em galego ou português. Face aos problemas de escala, precisamos de lugares de encontro científico, para construir corpo, redes, parcerias e cumplicidades com o fortalecimento da disciplina no campo da investigação sociocultural. Sublinhar finalmente neste segundo campo da investigação, que a eurorregião e as suas identidades precisam de ser interpretadas pela antropologia e os antropólogos, pois desta forma poderemos criar melhores modelos de convivência.

Finalmente, o campo cívico, que em nosso entender tem como desafio comunicar melhor o que é a antropologia e para que serve. O Mercado não é a única solução, mas temos de ter a capacidade de adaptação sem deixar de ser críticos com as suas tiranias. Entendemos que os caminhos a percorrer são os de “antropologizar” a sociedade, numa antropologia mais missionária do que elíptica, uma antropologia mais próxima da engenharia sociocultural (tecnologia sociocultural da mudança) e do etnomarketing sociocultural do que do antropólogo académico. Consideramos que a euroregião precisa de uma antropologia pública, prática, em ação, aplicada e comprometida, que questione criticamente as sociedades nas que vivemos. Imaginamos uma antropologia para empresários, gestores e políticos, acabando com o sentimento de culpa da antiga antropologia colonial. Por outro lado, pensamos que a antropologia euroregional precisa de novos públicos como os da mediação sociocultural e a resolução de conflitos interfamiliares (como nos gabinetes de advogados de família). Entendemos a antropologia como uma ciência reflexiva e também instrumental, que pode ajudar a orientar a mudança, questionar e satisfazer necessidades e desejos, servir a felicidade humana e o bem-estar coletivo. Imaginamos uma antropologia da esperança, reflexiva, crítica e comprometida, na qual pensamento e ação social eticamente enquadrados vão de mão em mão.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alves, Francisco Manuel [Abade de Baçal] (2000 [1908-1948]): *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. 11 vols. Bragança: Câmara municipal, Museu do Abade de Baçal.
- Bastos, Cristiana e José Sobral (2018): “Portugal, Anthropology”, em Hilary Callan e Simon Coleman (eds.), *The International Encyclopedia of Anthropology online*. London: Wiley Online Library, 1-14 <https://doi.org/10.1002/9781118924396>
- Brito, Joaquim Pais de (1996): *Retrato de aldeia com espelho: ensaio sobre Rio de Onor*. Lisboa: Dom Quixote.
- Cole, Sally (1994 [1991]): *Mulheres da praia. O trabalho e a vida numa comunidade costeira portuguesa*. Lisboa: Dom Quixote.
- Cutileiro, José (1977): *Ricos e pobres no Alentejo. Uma sociedade rural portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Dias, Jorge (1981 [1953]): *Rio de Onor: comunitarismo agro-pastoril*. Lisboa: Editorial Presença.
- (1990 [1963]): “A Etnografia como ciência” em *Estudos de Antropologia*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, vol. I, 37-47.

- Garea Traba, Eva (2009): *Antropoloxía. Bacharelato*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia.
- Godinho, Paula (2019): “Antropología portuguesa contemporânea: casi medio siglo desde abril”, *Disparidades. Revista de Antropología* 74(2), 014. <https://doi.org/10.3989/dra.2019.02.014>
- Leal, João (2000): *Etnografias portuguesas (1870-1970). Cultura popular e identidade nacional*. Lisboa: Dom Quixote.
- (2006): *Antropologia em Portugal: mestres, percursos, transições*. Lisboa: Livros Horizonte.
- O'Neill, Brian Juan (2007 [1987]): *Social inequality in a Portuguese hamlet: land, late marriage and bastardy, 1870-1978*. Cambridge: University Press.
- Pignatelli, Marina (2014): “Antropologia em Portugal nos últimos 50 anos: introdução”, *Etnográfica* 18 (2), 301-305. <https://journals.openedition.org/etnografica/3680>
- Pereira, Rui (1988): *Antropologia aplicada na política colonial portuguesa*. Lisboa: Universidade Nova. Tese de mestrado inédita.
- Pereiro, Xerardo (2001): “Reflexão sobre a antropologia na Galiza de hoje”, *Etnográfica. Revista do Centro de Estudos de Antropologia Social –ISCTE* 10, 117-127. <http://hdl.handle.net/10348/4695>
- (2014): “Da antropologia à antropologia aplicada ou a afirmação da antropologia no Norte de Portugal”, *Etnográfica* 18 (2), 425-440. <http://etnografica.revues.org/3776>
- (2018): “A antropoloxía e a cultura galegas”, *Grial* 220, 57-63.
- (2019): “A (in)utilidade da antropologia galega [Especial Antonio Fraguas]”, *Sermos Galiza* 21/V/2019. <https://www.sermosgaliza.gal/articulo/cultura/in-utilidade-da-antropologia-galega/20190514203849079594.html>
- Pina-Cabral, João (1991): *Os contextos da antropologia*. Lisboa: Difel.
- Thomaz, Omar Ribeiro (2002): *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. Rio de Janeiro: UFRJ/Fapesp.
- Viegas, Susana de Matos e João Pina-Cabral (2014): “Na encruzilhada portuguesa: a antropologia contemporânea e a sua história”, *Etnográfica* 18 (2), 311-332. <http://journals.openedition.org/etnografica/3694>